

# **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FORMAÇÃO DOCENTE: Resignificação da Prática Pedagógica**

\*Débora Barros Andrade

## **Resumo:**

O presente artigo é parte da dissertação do Mestrado em educação, que reflete a importância de trabalhar Educação Ambiental na instituição de ensino. Aborda-se a necessidade emergencial de programas de formação continuada para docentes, no intuito de valorizar e melhorar a prática desses profissionais, de modo que venha a refletir no processo de ensino-aprendizagem. A instituição de Ensino é o lugar mais apropriado para a inclusão das práticas educacionais essenciais ao meio ambiente. Uma das performances mais respeitáveis da escola é sua força de alcance e modificação em relação a conceitos da comunidade em que está inserida. Nessa totalidade é na temática ambiental que a escola oferece um impacto significativo na coletividade, através do trabalho dos profissionais em educação, em função da abertura de caminhos de difusão com os alunos, que permitam reflexões sobre o papel destes como cidadãos em relação ao meio ambiente. O mister do professor é a responsabilidade de acordar o aluno para o bom senso de descobrir dentro de si a autoconfiança e a potencialidade para o exercício de sua cidadania, desencadeando posturas e atuações mediante as dificuldades socioambientais. Nesse sentido, a E.A e a Formação Docente têm papel preponderante, tanto em relação às propostas contidas no Projeto Político Pedagógico quanto em políticas públicas e conhecimentos inerentes à temática, na releitura, no repensar das atitudes de ordem e valores individuais, coletivas e, conseqüentemente, na sensibilização e aprendizagem de novas atitudes diante do nosso planeta.

## **1. Introdução**

Desde o início da sociedade, mesmo em diferentes épocas, o ser humano busca acumular riquezas, utilizando todos os recursos da natureza, mesmo sendo esses recursos limitados e, portanto, estarem acabando. Para mudar essa situação,

o homem percebeu a necessidade de repensar seu modelo de crescimento econômico e desenvolvimento social. Para tanto, criou leis que geram multas e prisão se não seguidas. Contudo, estas medidas não foram suficientes e, por conta disso, decidiu associar o processo educativo para conceber pessoas conscientes de seus deveres e direitos coletivos. Por isso, é indispensável que a Educação Ambiental faça parte dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e que seja abordada como um tema transversal.

O tema desse estudo - “Educação Ambiental” - foi escolhido com o intuito de verificar se esta discussão está ocorrendo com os alunos, na prática, ou se continua só na teoria dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN.

Nos programas pedagógicos, a Educação Ambiental, teoricamente, é tema transversal, porém, na prática, a abordagem dessa temática não ocorre. Falta apoio pedagógico e, muitas vezes, formação continuada para o professor nessa área, e isso não pode acontecer, porque as futuras gerações precisam usufruir desse benefício num ambiente natural o qual as rodeia.

A Educação Ambiental, segundo Carvalho (2006, p. 71)

[...] é considerada inicialmente como uma preocupação dos movimentos ecológicos com a prática de conscientização, que seja capaz de chamar a atenção para a má distribuição do acesso aos Recursos Naturais, assim como ao seu esgotamento, e envolver os cidadãos em ações sociais ambientalmente apropriadas.

O tema Educação Ambiental é muito discutido atualmente, porque a sociedade sabe da necessidade de uma melhoria do mundo em que vivemos, uma vez que se constata facilmente que estamos regredindo cada vez mais em nossa qualidade de vida de um modo geral, deixando-nos levar por nossas obrigações diárias. Nosso tempo nos parece cada vez mais curto, porque temos cada vez mais compromissos (GUEDES, 2006).

Recentemente é possível observar uma melhora na conscientização de todos, principalmente dos órgãos públicos, com a fiscalização para a diminuição de poluentes emitidos, pois, com o crescimento da população mundial, aumenta também o número de poluidores caso não sejam orientados da maneira certa. (YUS, 2002).

Conforme destacam os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (Brasil, 1997a, p. 25):

Eleger a cidadania como eixo vertebrado da educação escolar implica colocar-se explicitamente contra valores e práticas sociais que desrespeitem aqueles princípios, comprometendo-se com as perspectivas e as decisões que os favoreçam. Isto refere-se a valores, mas também a conhecimentos que permitam desenvolver as capacidades necessárias para a participação social efetiva. Uma pergunta deve ser então respondida: as áreas convencionais classicamente ministradas pela escola, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, não são suficientes para alcançar esse fim? A resposta é negativa.

A questão central está relacionada à complexidade do que se entende por transversalidade e como se dá tal procedimento. Campiani (2001) afirma que ainda é pouco clara a definição do conceito de transversalidade, suas implantações nas práticas pedagógicas precisam ser elucidadas.

Seguindo o pensamento de Campiani (2001), para acontecer a capacitação das pessoas envolvidas, como os professores, devem ser incorporados conceitos e metodologias novas que venham ao encontro da realidade, transformando-os em críticos atuantes diante das situações socioambientais, influenciando nas mudanças de atitudes dos aprendizes. O poder público, por meio do MEC e de Secretarias de Educação, deve promover formações continuadas, bem como o ensino dos cidadãos, por meio do exercício da cidadania, deve ser constante.

Na prática pedagógica, é necessário que sejam eliminadas as barreiras entre as disciplinas, como também as que existem entre os profissionais da educação, para que aconteça a transversalidade.

A conduta inadequada do ser humano é um dos motivos de desequilíbrios ecológicos, impulsionada por apelos consumistas, seguindo o pensamento da sociedade capitalista, gerando desperdício e o uso descontrolado dos bens da natureza, a saber, os solos, as águas e as florestas. Por conta disso, na parte pedagógica, no geral, todas as disciplinas devem trabalhar em conjunto, o que é um dos instrumentos essenciais a ser usado, como ponto emergencial, para combater esses desequilíbrios (CARVALHO, 2006).

Deve-se acreditar na possibilidade de mudança de condutas e valores no intuito de formar pessoas através da disseminação de suas convicções, transformando-as em cidadãos que trabalharão por uma nova maneira de relacionar-se com o mundo e seus recursos naturais e com as outras pessoas (SCHIKE, 1986).

Sendo assim, enfrentamos um momento de mudança de paradigma com relação à concepção de uso de recursos naturais e convivência com o meio ambiente. A que vivenciamos pode ser considerada como uma crise de valores, o

que tem gerado problemas sociais e ambientais das mais variadas proporções (SANTOS; FARIA, 2004).

## **1.2 Historia Da Educação Ambiental**

O homem ouviu falar que a destruição da fauna e da flora, a poluição do ar pelas queimadas e a poluição do solo, além do excesso de matéria orgânica e erosão, ocorre desde dez mil anos antes de Cristo, pois a revolução agrícola já provocava impactos na natureza a partir do momento que o homem começou a utilizar os recursos da natureza, além do que lhe era essencial. (DIAS, 2004).

Segundo Braick (2007), a sociedade europeia, no final do século XVII, passou por várias transformações. Surge, assim, o Iluminismo, que tinha como ideias básicas a liberdade e o progresso. Esse conjunto de ideias contraria uma classe em ascensão: a burguesia, que sai vencedora ao derrotar o mercantilismo, o estado absolutista e solidifica uma nova ordem: o capitalismo. Com a Revolução Industrial, a principal marca do capitalismo, que veio modificar o sistema de produção com a ideia de aumento do lucro, promoveu também o aumento da poluição do ar, dos rios, do solo, sendo o ponto de partida para toda a problemática vivenciada nos dias de hoje.

Segundo Carvalho (2006), a Educação Ambiental é concebida inicialmente como preocupação dos movimentos ecológicos com a prática de conscientização, capaz de chamar a atenção para a finitude e a má distribuição do acesso aos recursos naturais e de envolver os cidadãos em ações sociais ambientalmente apropriadas.

O encontro de Belgrado, em 1975, reuniu especialistas de 65 países e gerou a Carta de Belgrado, objetivando uma nova ética planetária para a erradicação da pobreza, analfabetismo, fome, poluição, exploração e dominação humana e sugeriu também a criação de um Programa Mundial de Educação Ambiental. (PEDRINI, 1997).

Uma das conferências mais marcantes da história do EA foi a Conferencia de Tbilisi, em 1977, em cuja declaração constam os objetivos, funções, estratégias, características, princípios e recomendações para o Educação Ambiental. No decorrer dos anos, foram realizados diversos eventos ligados à Educação Ambiental

como a Conferência de Moscou, a Conferência do Rio de Janeiro, das quais surgiram tratados importantes e vigentes até os dias atuais.

Mas é principalmente nas décadas de 80 e 90, com o avanço da consciência ambiental, que a educação ambiental cresce e se torna mais conhecida. (CARVALHO, 2006).

Ao longo dos três últimos séculos, o malefício que o capitalismo trouxe para o meio ambiente era justificado pela possibilidade do progresso humano. As novas tecnologias permitiram avanços em várias áreas. No entanto, a partir da década de 1960, esse progresso começou a ser questionado (BRAICK, 2007).

De acordo com Leff (2006, p. 62):

A problemática ambiental não é ideologicamente neutra nem é alheia a interesses econômicos e sociais. Sua gênese dá-se num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica a curto prazo, numa ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre nações e classes sociais. Este processo gerou, assim, efeitos econômicos, ecológicos e culturais desiguais sobre diferentes regiões, populações, classes e grupos sociais, bem como perspectivas diferenciadas de análises.

Em 1965, na Inglaterra, durante a Conferência de Educação da Universidade de Keele, falou-se pela primeira vez em Educação Ambiental, sendo a principal discussão a que esta deveria ser a educação para a sociedade, construindo em todas as pessoas a consciência crítica para a solução dos problemas catastróficos que ocorriam já naquela época. Para Dias (2004, p. 78), os participantes do evento ainda definiam Educação Ambiental como: “Conservação ou ecologia aplicada, e o veículo seria a Biologia”. Nesse mesmo ano, Albert Schweitzer, um dos lutadores pela ética ambiental, foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz.

O Conselho para Educação Ambiental, foi criado em três anos mais tarde, em 1968, no qual mais de cinquenta organizações participaram, com temas relevantes relacionados à educação e ao meio ambiente. Além disso, pelo menos mais seis países europeus (Dinamarca, Finlândia, França, Islândia, Noruega e Suécia) discutiram a respeito da iniciação da educação ambiental no currículo escolar (GUIMARÃES, 1995).

No plano internacional, a educação ambiental começa a ser objeto de discussão das políticas públicas. Em 1972, em Estocolmo, na Suécia, aconteceu a primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano,

que adotou, mediante a Declaração de Estocolmo, um conjunto de princípios para o manejo ecologicamente racional do meio ambiente. Reuniram-se vários países, inclusive o Brasil, para discutirem o tema Meio Ambiente Humano, pois passaram a se preocupar com o crescimento desordenado de cidades, bem como a poluição dos bens globais água, ar e oceanos e o bem estar dos povos de todo o mundo.

Em Estocolmo, foi lançado um desafio, o que exigiu um esforço internacional para ser definido o conceito da Educação Ambiental, sendo realizado em encontros sub-regionais, regionais, nacionais e internacionais sucessivos, gerando documentos que estabeleceriam seus objetivos, princípios, finalidades e recomendações (DIAS, 2004).

“O Plano de Ação da Conferência de Estocolmo recomendou a capacitação de professores e o desenvolvimento de novos métodos e recurso instrucionais para a Educação Ambiental”. (PEDRINI, 1997).

A Educação Ambiental efetivou-se como uma preocupação no âmbito da educação formal há mais ou menos duas décadas. A emergência da crise ambiental como uma preocupação específica da educação foi precedida de uma certa “ecologização das sociedades”. Worster *apud* Grun (2004) aponta como marco simbólico do início da ecologização das sociedades ocidentais o ano de 1945, pois, a partir de 06 de agosto de 1945, o mundo não seria mais o mesmo. As bombas atômicas eram jogadas sobre as populações civis de Hiroshima e Nagasaki e o *Homo Sapiens*, essa espécie tardia surgida há pouco mais de um milhão e meio de anos, havia conquistado o poder de destruição total de si próprio e de todas as demais espécies sobre a face da terra. Os seres humanos adquirem, então, a autoconsciência da possibilidade de destruição completa do Planeta. A bomba plantava as primeiras sementes do ambientalismo contemporâneo e entrava-se na idade “ecológica”.

Na Conferência Mundial do Meio Ambiente, em Estocolmo, na Suécia, onde o grande tema em discussão foi a poluição ocasionada principalmente pelas indústrias, o Brasil e a Índia, que viviam na época “milagres econômicos”, defenderam a ideia de que “a poluição é o preço que se paga pelo progresso”. Segundo o mestre Reigota (2004), a delegação brasileira chegou a afirmar que o Brasil não se importaria em pagar o preço da degradação ambiental, desde que o resultado fosse o aumento do seu Produto Interno Bruto.

Com essa posição oficial, Brasil e Índia abriram as portas para a instalação de indústrias multinacionais poluidoras, impedidas ou com dificuldades de continuarem operando nas mesmas condições que operavam em seus respectivos países. O Brasil, assim como a Índia, sofreria graves consequências. O exemplo clássico é Cubatão, onde, devido à grande concentração de poluição química, crianças nascem acéfalas.

Na Conferência de Estocolmo, o objetivo era estabelecer uma visão global e princípios comuns que servissem de inspiração e orientação à humanidade para preservação e melhoria do ambiente humano e a Educação Ambiental ganha o *status* de assunto oficial e uma resolução importante foi a de que se deve educar o cidadão para a solução dos problemas ambientais. Pode-se considerar que aí surge o que se convencionou chamar de Educação Ambiental. Segundo a Conferência de Estocolmo, a Educação Ambiental tem uma importância estratégica na busca pela qualidade de vida.

Em Tibilisi, na Geórgia (ex-URSS), em 1977, realizou-se o primeiro Congresso Mundial de Educação Ambiental, que se constituiu num marco histórico para a evolução da Educação Ambiental e tem sido apontada como um dos eventos decisivos nos rumos que a essa área vem tomando em vários países do mundo, inclusive no Brasil. Tratava-se de referência internacional para o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental, visto que as orientações da Conferência de Tibilisi reunidas no “livro azul”, como ficou conhecida a publicação, representa importante fonte de consultas para subsidiar as pessoas envolvidas em Educação Ambiental.

Nos vinte anos que separam as conferências mundiais de Estocolmo e do Rio de Janeiro, houve uma considerável mudança na concepção de meio ambiente. Na primeira, pensava-se basicamente na relação homem e natureza; na segunda, o enfoque é pautado pela ideia de desenvolvimento econômico. Tomou-se consciência de que a natureza desconhece fronteiras, de que o meio ambiente é um bem que pertence a todos os povos de todos os tempos. Um impacto ambiental pode ser praticado em um determinado lugar e repercutir em outra região, em tempo futuro, uma vez que os fenômenos naturais desconhecem fronteiras temporais, territoriais e políticas.

A Conferência do Rio, Rio 92 ou ECO 92, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi um marco divisor na história do Direito Ambiental, por popularizar conhecimentos. O termo desenvolvimento sustentável, além de esclarecido seu significado, tornou claro que o desenvolvimento econômico das atuais gerações deve acontecer de forma que não venha a prejudicar as gerações futuras.

A evolução do conceito de Educação Ambiental foi agregando a cada encontro - na Rio-92, ela já foi definida como uma educação crítica da realidade, cujos objetivos são: fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretizando-se pela possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres e de se converter, portanto, em ator corresponsável na defesa da qualidade de vida; estabelecer uma educação que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal (na escola) e não formal (fora da escola). (DIAS, 2004).

Seguindo assim, na ideia de Carvalho (2006), a educação ambiental deve ser, acima de tudo, um ato político voltado para a transformação social, capaz de transformar valores e atitudes, construindo novos hábitos e conhecimentos, defendendo uma nova ética, que sensibiliza e conscientiza na formação da relação integrada do ser humano, da sociedade e da natureza, aspirando ao equilíbrio local e global, como forma de melhorar a qualidade de todos os níveis de vida.

Uma economia sustentável pode continuar a se desenvolver, mas com algumas adaptações e através de melhorias no conhecimento, na organização, na eficiência técnica e na sabedoria, pois o desenvolvimento não pode ser feito a qualquer preço e, muito menos, comprometendo o espaço e os recursos das cidades e dos campos.

Em 2002, é realizado em Johannesburgo (África do Sul) o Encontro Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável para avaliar as metas atingidas após a Rio-92. Esse evento ficou conhecido como Rio+10. Representantes dos países pobres e ricos estiveram presentes à Conferência, a fim de discutirem sobre questões importantes para o futuro do planeta. Para Sato (2002), os resultados foram desanimadores; pouco se avançou em relação aos objetivos traçados no Rio de Janeiro. Depois de duas semanas de negociações, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) terminou sem plano algum para salvar o planeta e com acordos tidos por ONG como "vergonhosos".

[...] Se há dez anos atrás tínhamos um capítulo somente para a educação (capítulo 36) e transversalizada em todos os demais, hoje ela aparece timidamente em alguns itens relacionados com a dimensão social. Aliás, observaríamos que a palavra “educação”, a quinta mais citada na agenda 21, tem pouca ressonância no interior dos debates atuais, vindo pasteurizada nas proposições das novas agendas, da proteção dos sistemas Naturais, da informação ambiental, da prosperidade, das políticas ecológicas e da equidade social (SATO, 2002). Enquanto os chefes de Estado presentes à cúpula pediam em seus discursos metas e prazos para a implementação da Agenda 21, seus negociadores produziam um plano de ação sugerindo justamente o contrário: não assumir compromissos muito definidos a longo prazo (CARVALHO, 2006).

É de extrema importância que os cidadãos do mundo insistam para que se tomem medidas de apoio a um tipo de crescimento econômico que não tenha repercussões nocivas sobre a população, que não deteriore de nenhum modo seu meio nem as suas condições de vida. A Educação Ambiental é o instrumento principal no sentido de atingir o objetivo maior, que é a sustentabilidade, e passa a ser vista não mais como um fim em si mesma, mas um meio para se atingir o desenvolvimento sustentável em todos os setores de atividades, e o importante é que a preocupação da sociedade com os direitos civis, políticos e sociais, a busca por qualidade de vida, bem-estar social e respeito aos limites dos recursos naturais existentes vêm crescendo com os anos.

### **1.3 Desenvolvimento Sustentável.**

A preocupação da comunidade internacional com o meio ambiente somente ganhou intensidade na década de 60, quando começaram as discussões sobre a degradação do meio ambiente e perceberam que os recursos naturais do planeta eram esgotáveis.

Com tais discussões intensas, a ONU passou a promover a conferência sobre o meio ambiente em Estocolmo (1972), que visava a princípios para orientar os povos de todo o mundo na preservação e melhoria do meio ambiente. Em 1973, o canadense Maurice Strong lançou o conceito de eco-desenvolvimento, cujos princípios foram formulados por Ygnacy Sachs. Os caminhos para o desenvolvimento seriam seis: participação de todos; preservação dos recursos

naturais e do meio ambiente; garantia de emprego; segurança social; respeito a outras culturas; programas de educação.

Os recursos da terra são suficientes para atender as necessidades de todos os seres do planeta se forem manejados de forma eficiente e sustentável. “O desenvolvimento sustentável é simplesmente impossível se for permitido que a degradação ambiental continue”. (DIAS, 1992, pág.141)

Diante de todo este contexto, pode-se concluir que, a partir de muitas discussões globais através de conferências, surgiu um novo pensamento em relação ao meio ambiente, que despertou entre algumas partes do mundo a percepção de que ele necessitava de socorro.

Nas próximas décadas, a sobrevivência da humanidade vai depender da nosso eco alfabetização, ou seja, de nossa habilidade de extrair conhecimento da natureza, entender os princípios básicos da ecologia e de viver de acordo com eles. Para tanto, a educação das atuais e próximas gerações para a compreensão dos paradigmas que mantém o ciclo da vida faz-se imprescindível.

Definindo educação ambiental Meirelles e Santos (2005, pg.34) dizem:

A educação ambiental é uma atividade meio que não pode ser percebida como mero desenvolvimento de “brincadeiras” com crianças e promoção de eventos em datas comemorativas ao meio ambiente. Na verdade, as chamadas brincadeiras e os eventos são parte de um processo de construção de conhecimento que tem o objetivo de levar a uma mudança de atitude. O trabalho lúdico e reflexivo e dinâmico e respeita o saber anterior das pessoas envolvidas. O desafio de um projeto de educação ambiental é incentivar as pessoas a se reconhecerem capazes de tomar atitudes” (MEIRELLES; SANTOS, 2005, pg.35).

O processo de aprendizagem, neste caso, é cíclico e, segundo Meirelles e Santos (2005), vai crescendo em complexidade e profundidade a cada caminhada. Não se pode prever quanto tempo cada grupo ou pessoa demora em passar de um nível para o outro. O importante é entender que ação no sentido de mudança de comportamento em prol do meio ambiente, e o que realmente fará diferença no resultado de um projeto ou na solução de um problema ambiental tem que passar do estágio de alerta para o da consciência e, posteriormente, para o da prática. Não é um processo rápido.

O processo de aprendizagem pode ser linear, passando apenas de um objetivo a outro, caso o trabalho de educação ambiental (E.A) seja somente formado por campanhas temporais sobre determinado assunto. Por isso, é importante ligar as

ações de educação ambiental ao ensino formal, o que poderá dar um caráter mais permanente ao tema, tornando o processo cíclico e evolutivo.

Carvalho (2006, pg.33) diz:

Nossas ideias ou conceitos organizam o mundo, tornando-o inteligível e familiar, são como lentes que nos fazem ver isso e não aquilo e nos guiam em meio a enorme complexidade e imprevisibilidade da vida. Acontece que, quando usamos óculos por muito tempo, a lente acaba fazendo parte da nossa visão a ponto esquecermos que ela continua lá, entre nós e o que vemos, entre os olhos e a paisagem.

#### **1.4 Educação Ambiental Formal e Não Formal.**

Segundo a Lei 9.795/99, entende-se por educação ambiental a formal e a não formal:

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar as desenvolvidas no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - Educação básica:

- a) Educação infantil;
- b) Ensino fundamental e
- c) Ensino médio;

II - Educação superior;

III - Educação especial;

IV - Educação profissional;

V - Educação de jovens e adultos;

VI - Educação especial.

Art. 13. Entende-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. (BRASIL,1999)

É de fundamental importância ao ser humano perceber que educação ambiental pode ser aplicada de diversas formas, mas com uma única finalidade: construir “valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente”. (DIAS, 2004, pg.202).

Dentre todo esse processo de educação das pessoas, houve a necessidade de direcionar a aplicação da Educação Ambiental, utilizando políticas públicas educativas ligadas à sensibilização da coletividade sobre a questão ambiental, abrangendo o público em geral, que é considerada a Educação Ambiental Não Formal. Outro foco da Educação Ambiental, que busca a formação do sujeito de

forma continuada, e que se insere dentro do todo e qualquer sistema escolar, é a que então chamamos de Educação Ambiental Formal.

### **1.5 A conscientização dos alunos através da educação ambiental.**

Sabe-se que o lixo um dos pontos importantes dentro da Educação Ambiental e um dos maiores problemas dentro das comunidades, contudo, percebe-se a falta de consciência entre alunos das escolas acerca dessa questão. Verifica-se que, na maior parte das escolas, não existe um ensino de “Educação Ambiental que suscita uma vinculação mais estreita entre os processos educativos e a realidade, estruturando suas atividades em torno dos problemas concretos que se impõe à comunidade”. (DIAS, 1992). Sendo o lixo um dos maiores problemas nas cidades brasileiras, os órgãos responsáveis têm investido em sistemas de equacionamento dele. E quem mais sofre com os impactos causados pelo lixo é a comunidade.

A falta de consciência ambiental dos alunos origina-se da estrutura educacional com métodos defasados, sem sintonia com a realidade, gerando cidadãos com hábitos e comportamentos prejudiciais ao meio ambiente, não porque pretendiam ser assim, e sim por não terem recebido uma educação com métodos que se adaptassem à realidade.

Estudos e práticas realizadas apresentam que a educação ambiental só será eficaz se levar os alunos a terem percepção do mundo que os cerca, “envolvendo-os de forma a despertar uma consciência crítica que busca soluções para o problema”. (KINDEL, 2006).

Segundo Zeppone (1999), algumas práticas já realizadas em instituições de ensino formal, pode-se observar que as atividades desenvolvidas no âmbito escolar que propuseram o próprio ambiente escolar como objeto de observações, detectamos que o aproveitamento destes métodos foi extremamente proveitoso, por ser uma atividade que levou primeiramente em consideração o relacionamento entre os alunos e professores, e seguindo toda uma etapa bem estruturada e enquadrada, até observações fora do ambiente escolar, fazendo com que os alunos pudessem compreender, em todos os aspectos, o quanto o nosso ambiente é diversificado, e mostrando o quanto o nosso ambiente natural e construído é importante para o bem estar das pessoas.

O ensino da educação ambiental, na visão da importância do reaproveitamento do lixo gerado na comunidade, apresenta algumas práticas, segundo Kindel (2006), cujo objetivo é ensinar e conscientizar alunos, de várias faixas etárias, sobre o porquê da reciclagem, do reaproveitamento do lixo. Busca-se, assim, desenvolver a capacidade de observar e classificar o lixo e despertar em cada aluno seu lado criativo, instigando-os a fazer questionamentos e propondo sugestões e soluções, propiciando, aos alunos, a reflexão sobre qual material poderá ser reciclado.

A ideia deste processo é bem interessante, porque permite que uma determinada pessoa adquira consciência, conhecimento que traz a sensibilização. E com a resultante deste último processo o induzira os novos comportamentos, com outros valores, surgindo então o interesse em obter conhecimentos sobre o assunto de forma mais aprofundada, levando estes indivíduos ou grupos sociais a buscarem palestras sobre o meio ambiente, cursos, etc. Depois de todas essas fases, etapas desenvolvidas, conseqüentemente este indivíduo terá uma participação considerável na proteção do meio ambiente e na melhoria da qualidade de vida da comunidade.

## **2.CONCLUSÃO**

Diante do que foi exposto, podemos concluir que a Educação Ambiental não é desenvolvida como deveria, uma vez que não há efetivamente o desenvolvimento de uma prática educativa que integre disciplinas. O modo como a Educação Ambiental é praticada na maioria das escolas, em salas de aulas, extracurricular, é sem continuidade, fragmentada e desarticulada. Em alguns momentos, os professores recebem aguilhoamentos, mas a comunidade escolar não dá o suporte que deveria, de modo a deixar uma grande lacuna de conhecimento para os alunos, que se tornam apenas ouvintes e não praticantes, quando deveriam ser estimulados através de atividades e projetos a exercer essa consciência a partir de sua realidade e comunidade. Outro fato é que nas escolas públicas a situação é ainda mais agravante, pois, como sabemos, a educação está andando ainda a passos lentos e oferece poucas condições e recursos que não são nem suficientes nem adequados para o desenvolvimento de uma educação ambiental eficaz e de boa qualidade.

De uma forma geral, podemos evidenciar, através da pesquisa realizada, que existem dificuldades e desafios no Ensino. A recomendação que se faz necessária é a de que sejam feitos articulações de ações educativas, projetos interdisciplinares, criação de blogs para divulgação das ações realizadas, condições adequadas e formação continuada para os educadores, coordenadores e gestores para que possam trabalhar temas e atividades de educação ambiental de caráter contextualizado e interdisciplinar, de maneira que possibilite a conscientização dos alunos e desenvolva a criticidade destes, gerando novos conceitos e valores sobre a natureza, contribuindo para a preservação do meio ambiente, pensando localmente e regionalmente, e expandindo-se para o global.

A prática pedagógica prescritiva e reprodutiva deve dar lugar a uma prática pedagógica que supere a visão fragmentada sobre a realidade, de tal modo que se vença o desafio de se organizarem processos de ensino-aprendizagem, nos quais o ato pedagógico seja um ato de construção coletiva do conhecimento sobre a realidade, num processo dialético de ação-reflexão.

### **3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRADE, Débora Barros. **A Educação Ambiental na Instituição de Ensino Público**. Dissertação do Mestrado (Dissertação em Educação) – UNISAL. Assunção-PY, 2015.

ALVARENGA, Estelbina Miranda de. **Metodologia da Investigação Quantitativa e Qualitativa**. Versão em Português: Cesar Amarilhas, 2014. Assunção – PY.

BRAICK, Patrícia Ramos. **História das cavernas ao terceiro milênio**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB Lei n.9.394/96. Brasília: DF, MEC/SEF, 1996.

BRASIL. **Lei n. 9795 - 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF/SEES, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. (1997b). **A implantação da educação ambiental no Brasil: meio ambiente e saúde**. Brasília, DF.

CAMPIANI, M. C. (2001). **Os temas transversais na educação**. São Paulo: Códex.

CAMPIANI, Maximiano César. **Os temas transversais na educação**. São Paulo: Códex, 2001.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CURRIE, K. L. **Meio ambiente, interdisciplinaridade na prática**. Campinas, Papirus, 1998.

DIAS, Genebaldo. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004. FREITAS, Vladimir Passos de; FREITAS, Gilberto Passos de. **Crimes contra a natureza**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 3ª ed. São Paulo; Gaia, 1992.

DIAS, G. F. **Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental**. 2.ed. São Paulo: Gaia, 2006. DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2010.

GUEDES, José Carlos de Souza. **Educação ambiental nas escolas de ensino fundamental: estudo de caso**. Garanhuns: Ed. do autor, 2006.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. 5.ed. Campinas: Papirus, 1995.

KINDELL, Eunice Aita Isaia; FABIANO, Weber da Silva; MICAELA, Yanina. **Educação Ambiental: Vários Olhares e Várias Práticas**. 2ª ed. Curitiba-PR. Mediação, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Ed. Vozes. PNUMA. Petrópolis, 2001.

MEIRELLES, Maria de Sousa; SANTOS, Marly Terezinha. **Educação Ambiental uma Construção Participativa**. 2ª ed. São Paulo, 2005.

PEDRINI, Alenxandre de Gusmão (Org.). **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis: vozes, 1997.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Edna Maria dos; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. **O educador e o olhar antropológico**. Fórum Crítico da Educação: Revista do ISEP/Programa de Mestrado em Ciências Pedagógicas. v. 3, n. 1, out. 2004. Disponível em: <<http://www.isep.com.br/FORUM5.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

SCHINKE, Gert. **Ecologia política**. Santa Maria: Tchê!, 1986. WALDMAN, Maurício. **Meio ambiente & antropologia**. São Paulo: Senac, 2006.

YUS, R. **Educação integral: uma educação holística para o século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

**\*Mestra Débora Barros Andrade**

**Doutoranda em Ciências da Educação**

**Mestre em Ciências da Educação**

**Bióloga com registro na classe CRBio08ª nº 105.263/08-D**

**Especialista em Educação Ambiental-Uniter/Ibpex.**

**Especialista em Gestão Ambiental-Faculdade Innovato**

**Especialista em Docência, Metodologia e Didática do Ensino Superior -Uniaméricas-Ceará.**

**Especialista em Gestão Escolar - Progestão-Bahia;**

**Especializando em Psicopedagogia Institucional , Clínica e Educação Especial;**

**Especializando em Perícia e Auditoria Ambiental**

**Técnica em Secretária Escolar / IFBA-Jacobina.**

**Licenciada em Biologia**

**Licenciada em Química**

**Licenciando e Pedagogia**

**Professora do Ensino Fundamental II e Superior da Rede Pública e Privada.**

**Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso-TCC**

**Orientadora de Estágio Supervisionado**

**Coordenadora Pedagógica  
Palestrante.**